

## **Demanda da Petrobras sustenta indústria naval**

*15/03/2009 Francisco Góes, do Rio – Valor Econômico*

O desenvolvimento da indústria naval brasileira tem se sustentado, nos últimos anos, mais na forte demanda da Petrobras e de sua subsidiária de logística, a Transpetro, do que em uma articulação das diferentes esferas do governo em torno de uma política setorial, conforme especialistas ouvidos pelo **Valor**. Um dos grandes problemas, apesar da retomada das encomendas de navios e plataformas, é que o Brasil continua a importar a maior parte dos equipamentos de maior valor agregado. O conteúdo nacional mínimo exigido é garantido, basicamente, por meio do fornecimento de aço e mão-de-obra, dizem fontes do setor.

Entre os agentes da indústria naval, há opiniões divergentes sobre os resultados da inclusão do setor na política industrial do governo. O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) faz uma avaliação favorável da aplicação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Diz que a iniciativa trouxe "impactos" (positivos) para a construção naval por meio de políticas públicas como a desoneração fiscal de IPI para o fornecimento de materiais. Cita a criação do Fundo Garantidor da Construção Naval, com a destinação de R\$ 5 bilhões para a formação do patrimônio do fundo, e medidas de inovação, como a criação, em dezembro de 2009, da Rede de Inovação para Competitividade da Indústria Naval e Offshore.

Luiz Felipe Assis, professor do departamento de engenharia naval da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que construir navios e plataformas é possível, mas a questão é saber a qual custo. "Para ser competitivo a longo prazo é preciso investir em pesquisa e desenvolvimento", afirma Assis. Um dos pontos de maior dificuldade hoje é a falta de integração entre a indústria montadora (os estaleiros) e os institutos de pesquisa, como a Coppe/UFRJ e o IPT.

A criação da Rede de Inovação, formada por diferentes agentes do setor, busca criar uma agenda tecnológica comum, determinada pela indústria, para desenvolver projetos de pesquisa. Sem esse esforço, segundo Assis, a demanda por encomendas pode não ser sustentável a longo prazo.

César Prata, presidente da Câmara Naval e Offshore da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), tem uma visão crítica dos efeitos da PDP sobre o setor de navipeças (as empresas que fornecem partes, peças e equipamentos para os estaleiros montarem navios e plataformas). De acordo com ele, as propostas de desoneração fiscal e os estímulos definidos para o setor só valeram para a ponta final da cadeia produtiva, os estaleiros, e não para o setor de navipeças, que não tem proteção (tarifária) frente a concorrentes estrangeiros. Segundo ele, os estaleiros podem importar navipeças com isenção total. "Nós continuamos perdendo espaço e concorrências [para fornecimento aos estaleiros]", diz Prata.